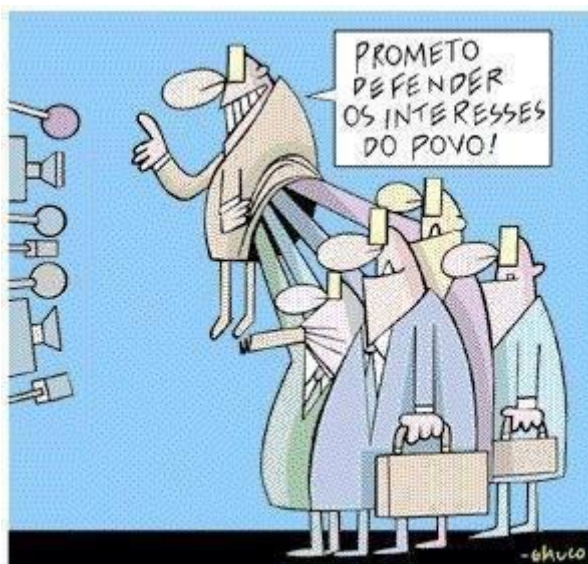




FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

NOTÍCIAS EM DESTAQUE – 28/11/2014



## O Bolsa Família, o bolsa empresário e o bolsa banqueiro

**“A concretização de uma sociedade livre, justa e solidária, preconizada até no texto da Constituição de 1988, não cairá do céu e nem será uma concessão simples e fácil das elites socioeconômicas”**

O “Bolsa Família”, considerado o maior programa de transferência de renda com condicionalidades em operação no mundo, ganhou enorme destaque nas eleições presidenciais de 2014. O programa foi alvo de discussão em praticamente todos os aspectos relevantes. Entre outros, foram abordados os seguintes temas, invariavelmente de forma apaixonada ou incisiva: a) quantidade de beneficiários; b) volume de recursos empregados; c) evolução ou crescimento dos beneficiários; d) distribuição geográfica dos beneficiários; e) condicionalidades envolvidas e f) relação entre o programa e os resultados eleitorais.

Segundo o governo federal, “o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A gestão do programa instituído pela Lei n. 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto n. 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.

Praticamente passaram “intocados” no debate eleitoral três outras relevantes fontes de bilionários gastos públicos. Esses dispêndios são caracterizados, inúmeras vezes, como “Bolsa Empresário” e “Bolsa Banqueiro”. O “Bolsa Empresário” foi construído no âmbito do BNDES. Confira:

“Os empréstimos do Tesouro aos bancos públicos, especialmente BNDES, pularam de R\$ 14 bilhões para R\$ 438 bilhões. Como o Tesouro se endivida a uma taxa muito maior do que vai receber, o subsídio escondido nessa operação já é de R\$ 24 bilhões por ano. Esse é o tamanho do “bolsa empresário”, que é equivalente à Bolsa Família. E o BNDES está neste momento pedindo mais empréstimos ao [Tesouro](#). Não custa lembrar a presença “inocente” de grandes beneficiários de empréstimos do BNDES como destacados financiadores de campanhas eleitorais em todos os níveis, notadamente para o cargo de [Presidente da República](#).

A expressão “[Bolsa Banqueiro](#)” foi amplamente utilizada por Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PsoI à Presidência da República em 2010. Retrata o pagamento do serviço da dívida pública (juros, “amortizações” e encargos). A montanha de dinheiro envolvida é obtida, via tributação, do conjunto da sociedade, notadamente assalariados e consumidores, e transferida por intermédio do “sistema da dívida” (ou “bolsa banqueiro”) para um pequeno e seletivo grupo de privilegiados.

Esse mecanismo, notadamente pelo seu porte, subtrai vultosos recursos de investimentos estratégicos e de políticas públicas voltadas para a efetivação dos direitos sociais (art. 6º da Constituição).

Existe, ainda, o “Bolsa Banqueiro” para formação e ampliação das reservas internacionais. Veja: “O responsável pelo termo Bolsa-Banqueiro é o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP Simão Silber. Ele refere-se ao custo do governo para continuar acumulando reservas internacionais (hoje em US\$ 352,5 bilhões). Para Silber, o grande beneficiado, hoje, da política do governo de continuar comprando dólares é o sistema financeiro, uma vez que o montante atual é mais do que suficiente para proteger o país de crises.

Ele e outros economistas lembram que, em 2008, quando explodiu a crise global, o Brasil tinha menos de US\$ 210 bilhões em reservas, dinheiro que se mostrou suficiente para atravessar a grave turbulência.

Nos cálculos do economista e consultor Amir Khair, ex-secretário de Finanças do município de São Paulo, o país gasta hoje entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano para manter e acumular as reservas.

O custo resulta da diferença entre os juros com que o governo remunera os títulos públicos nacionais (Selic) e a rentabilidade das reservas, aplicadas principalmente em papéis emitidos pelo Tesouro dos EUA.

Isso só ocorre porque o governo brasileiro não compra os dólares das reservas com superávit fiscal. Ele precisa endividar-se para fazê-lo.

**Observe, para o ano de 2013, os volumes aproximados de gastos públicos relacionados com as “bolsas” antes destacadas:**

**Bolsa família – R\$ 24,5 bilhões**

**Bolsa empresário – R\$ 24 bilhões**

**Bolsa banqueiro – reservas R\$ 55 bilhões**

**Bolsa banqueiro – serviço da dívida R\$ 718 bilhões**

***Qual a razão para tanto “barulho” em torno do Bolsa Família?***

Acredito que consciente, ou inconscientemente, as classes médias tradicionais reconhecem que são os principais financiadores, pelo caminho da tributação, dos escândalos de corrupção e dos vários mecanismos de transferência de renda para os segmentos mais necessitados (Bolsa Família, programas habitacionais, aposentadoria rural, etc). A “conta” deveria ser paga pelas abonadas elites socioeconômicas.

Entretanto, esses segmentos privilegiados da sociedade sabem defender seus interesses e o aumento das suas rendas e de suas “bolsas” (de sua “fatia no bolo”). Sobra, literalmente sobra, para as classes médias tradicionais e para o conjunto dos assalariados/consumidores. Qual, por outro lado, a razão para a ocultação midiática (quase total) das outras “bolsas”? Creio que a grande mídia, com nível de concentração econômica praticamente sem paralelo no mundo, deliberadamente esconde as “bolsas” dos ricos e explora de forma vil a “bolsa” dos pobres. Assim, a iníqua estrutura de mídia em vigor no Brasil contribui, como é sua “missão”, para sustentar uma das sociedades mais desiguais e excludentes do planeta.

Portanto, para além do modelo socioeconômico vigente no Brasil e no mundo, de produção coletiva e apropriação privada de riquezas, com níveis maiores ou menores de selvageria, convivemos com a “captura” de “espaços” públicos e governamentais para garantir os interesses mais mesquinhos de determinados setores dominantes e privilegiados pela via de mecanismos institucionais em várias áreas (economia, tributação, finanças públicas, prestação de serviços públicos, ocupação do espaço urbano, etc).

As três últimas “bolsas” aludidas (“empresário” e “banqueiro”, em suas duas modalidades) estão claramente inseridas nesse perverso contexto.

Somente a educação política em larga escala e a mobilização crescente da juventude, dos trabalhadores e das classes populares e médias consequentes poderão construir um ambiente propício ao desmonte dessas aberrações institucionais. A concretização de uma sociedade livre, justa e solidária, preconizada até no texto da Constituição de 1988, não cairá do céu e nem será uma concessão simples e fácil das elites socioeconômicas. Transformações profundas de nossa perversa realidade social serão resultados de muito esforço e muita luta.

Nessa caminhada, será preciso arregaçar as mangas e “apurar” os neurônios ... (ALDEMARIO ARAUJO CASTRO, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL – CONGRESSO EM FOCO)

## **Petistas lançam manifesto crítico à indicação de Levy**

A escolha do nome de Joaquim Levy para ocupar o Ministério da Fazenda no lugar de Guido Mantega, como deve ser anunciado nesta quinta-feira em Brasília, é algo que tem sido encarado como contraditório por algumas correntes internas do Partido dos Trabalhadores. Isso porque ele tem um perfil bem diferente do defendido pela legenda durante a campanha eleitoral, quando propôs um embate muito claro de ideias contra o PSDB.

Joaquim Levy é diretor-superintendente do Bradesco Asset Management e já foi aluno de Armínio Fraga, apontado por Aécio Neves durante a campanha como seu ministro da Fazenda, caso tivesse sido eleito. Apesar de evitarem falar em nomes de forma aberta, os representantes de algumas correntes de dentro do PT têm criticado o perfil do novo ministro.

As diferenças de opinião devem ser colocadas na mesa a partir de amanhã, após o anúncio oficial, quando o Partido dos Trabalhadores realiza um encontro nacional na cidade de Fortaleza. Entretanto integrantes do governo já saem em defesa de Levy dizendo que ele aderiu à equipe de Dilma por concordar com a política defendida pelo Executivo.

“Eu não sei que conversas, que compromissos, como foi feito o convite(...) Agora, pela trajetória anterior e pelas declarações, eu acho que figuras do tipo do Levy, por exemplo, não preenchem o perfil que nós aprovamos (...) quando dizemos que queremos que a equipe atue de acordo com as urnas, com a vitória, com o interesse do povo que votou nesse projeto e que nós vamos continuar a garantir essa política econômica”, afirma o deputado estadual do Rio Grande do Sul, Raul Pont, que é da diretoria executiva nacional de uma corrente petista chamada Mensagem ao Partido, que tem entre seus maiores nomes o ex-ministro da Justiça e governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

“Nós não fizemos nenhuma campanha defendendo política de austeridade, de ajuste fiscal, de combater a inflação via taxa de juros...”, completa o deputado, dizendo um manifesto elaborado pelo do diretório local será levado para o encontro nacional do partido que acontece amanhã e sábado em Fortaleza.

Ao confirmar a escolha do nome do novo chefe da Fazenda, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, afirmou que a entrada de Levy ao governo significa que ele tenha aderido ao projeto econômico do governo, e não o contrário.

"Sinceramente só vejo com bons olhos a nomeação do Levy", disse Carvalho ao chegar ao seminário Agenda Futura da Participação Social, em Brasília. "E é evidente que, ao aceitar ser ministro desse projeto, ele está aderindo a esse projeto e à filosofia econômica desse projeto. O nome dele é importante porque pela trajetória dele, ele traz uma credibilidade, ele contribui com o nosso projeto", acrescentou. publicidade

O projeto ao qual Raul Pont se refere é a de garantia de política salarial, de empregos, de combate a altas taxas de juros. “Não estamos preocupados em ficar disputando PIB (Produto Interno Bruto) com a China, com a Europa, com os Estado Unidos, até porque nessas regiões, com exceção da China ou da Índia, nessas regiões do capitalismo mais antigo e mais imperialista, as taxas decrescimento também são ridículas, muito baixas. Deles, não podemos ter nenhuma inspiração”, afirma. (DANIEL FAVERO – TERRA - COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA BRASIL)

## **Oposição diz que equipe econômica é "estelionato eleitoral"**

O anúncio definitivo na quinta-feira, da nova equipe econômica para o próximo mandato da presidenta Dilma Rousseff, provocou repercussões diversas no Congresso Nacional. Para a oposição, a escolha de Joaquim Levy para a Fazenda, Nelson Barbosa para o Planejamento e a manutenção de Alexandre Tombini

no Banco Central representam um “estelionato eleitoral” por parte da presidente. Já os governistas elogiaram as indicações e rebateram as críticas.



Aécio Neves disse que nova equipe econômica busca recuperar "a credibilidade perdida"

Foto: Gabriela Korossy/Câmara dos Deputados

O presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), principal opositor de Dilma Rousseff na campanha presidencial, considerou a escolha uma tentativa de acalmar o mercado financeiro. No entanto, avalia Aécio, outras manobras fiscais da presidente acabam levando o País ao descrédito, caso da tentativa de rever a meta de superávit para este ano.

“A presidente escolheu novos nomes para a área econômica do governo tentando acalmar o mercado e recuperar a credibilidade perdida. Mas, ao mesmo tempo, protagoniza no Congresso mais um violento ataque à credibilidade do País ao afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal, alterando as metas de superávit e usando como moeda de troca os cargos públicos de sempre”, avaliou.

O líder do Democratas na Câmara, deputado Mendonça Filho (PE), considerou que as escolhas de Dilma representam o oposto do que ela prometeu ao longo da campanha eleitoral. A ortodoxia econômica associada aos novos ministros, na opinião de Mendonça, era o que Dilma criticava em seu principal adversário, o senador Aécio Neves.

publicidade

“Cada atitude da presidente nesse pós-período eleitoral mostra que ela iludiu os brasileiros. Os juros subiram, a inflação bate o teto da meta corroendo o poder de compra do povo, e agora empossará um ministro da Fazenda ortodoxo para administrar o rombo nas contas do governo. Dilma age totalmente diferente do seu discurso de campanha”, declarou o líder.

Os governistas, no entanto, elogiaram as escolhas e rebateram as acusações da oposição. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que foi ministra da Casa Civil de Dilma, lembrou que os três ministros já fazem parte dos governos petistas desde os mandatos do ex-presidente Lula. Segundo ela, isso significa que não há contradição, uma vez que Dilma não está trazendo pessoas estranhas ao seu projeto de governo.

“Essas três pessoas, com certeza, vão dar à presidenta Dilma grande estabilidade, eu diria que são os três mosqueteiros da presidenta. Vão dar grandes condições de desenvolvimento e vão dar, sobretudo, condições de continuidade dos nossos programas sociais. Portanto, não tem uma contradição em relação ao discurso de campanha da presidenta Dilma, porque ela vai continuar exatamente com aqueles programas que estão dando esses índices e esse resultado para o Brasil”, completou Gleisi.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), também defendeu a escolha e disse que os nomes geram “credibilidade” e “expectativa positiva” no mercado financeiro. “Joaquim Levy é alguém que tem experiência na área e credibilidade. Convivi com o agora ministro Nelson Barbosa, portanto acho que a presidente fez a escolha adequada, e espero que isso gere a confiança no mercado para que a gente possa viver momento de expectativa positiva e de esperança”, disse.

Apesar do anúncio dos nomes, a nova equipe econômica só deverá tomar posse no próximo ano. Em nota, a Secretaria de Imprensa da Presidência da República informou que os ministros Guido Mantega e Miriam Belchior permanecerão em seus cargos na Fazenda e no Planejamento, respectivamente, até que se conclua a transição e a formação das novas equipes de seus sucessores. (AGÊNCIA BRASIL)

# **Novo ministro da Fazenda promete corte de despesas, mas sem pacotes**

**Fixou meta fiscal de 1,2% do PIB para 2015 e de ao menos 2% 2016/2017.**

Novo ministro disse ter autonomia para implementar medidas necessárias.

O ministro da Fazenda nomeado, Joaquim Levy, informou nesta quinta-feira (27) que a meta de superávit primário, a economia feita para pagar juros da dívida pública e tentar manter sua trajetória de queda, será de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para todo o setor público consolidado (governo, estados e municípios) em 2015.

Em 2016 e 2017, segundo ele, o esforço fiscal não será inferior a 2% do PIB - patamar registrado em 2013. "Alcançar essa meta será fundamental para o aumento da confiança na economia brasileira", declarou Levy a jornalistas no Palácio do Planalto. Para atingir essas metas fiscais, ele informou que algumas medidas que vêm sendo discutidas são de diminuição de despesas. Entretanto, acrescentou que as medidas serão, "não digo graduais, mas sem pacotes, sem nenhuma surpresa".

Questionado por jornalistas, o próximo ministro declarou ter autonomia para implementar as medidas. "A autonomia está dada. O objetivo é claro. Os meios a gente conhece. Acho que há o suficiente grau de entendimento dentro da própria equipe e maturidade. Então, acho que essa questão vai se responder de uma maneira muito tranquila. Dizer uma coisa ou outra não tem muito sentido agora. A gente vai ver no dia a dia como as coisas ocorrem. Quando uma economia é escolhida, há confiança", afirmou.

**Resultado das contas públicas neste ano**

Nos nove primeiros meses deste ano, as contas do setor público registraram um déficit primário – receitas ficaram abaixo das despesas, mesmo sem contar juros da dívida – de R\$ 15,28 bilhões, ainda segundo números divulgados pelo BC. Foi a primeira vez desde o início da série histórica do BC, em 2002 para anos fechados, que as contas do setor público registraram um déficit nos nove primeiros meses de um ano. Considerado ortodoxo, com uma atuação mais tradicional na economia, Levy, de 53 anos, executou um ajuste fiscal na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que levou o superávit primário a um patamar médio de 3,5% do PIB (série histórica revisada do BC, sem as estatais) - patamar considerado elevado. Ele ficou conhecido como "mãos de tesoura" na ocasião por conta do controle de gastos implementado nas contas públicas.

**Redução da dívida pública**

"Primeiramente, cabe notar que vir a suceder o mais longo ministro da Fazenda em período democrático [Guido Mantega] é mais do que uma honra, um privilégio. O objetivo imediato do governo e do Ministério da Fazenda é estabelecer uma meta de superávit primário para os três próximos anos que contemple a estabilização e declínio da dívida pública", declarou o ministro da Fazenda nomeado pela presidente Dilma Rousseff.

Joaquim Levy também avaliou que é fundamental para o aumento da confiança da economia brasileira, a consolidação dos avanços sociais e econômicos e reafirmou o compromisso com transparência e com a divulgação de dados abrangentes.

"As medidas necessárias para o equilíbrio das contas públicas serão tomadas. Como a gente falou, serão tomadas com análise e segurança. Eu acho que o Brasil tem mecanismo capazes disso. É um trabalho que envolve não só o governo federal, mas acho que toda a federação, não só o Poder Executivo, mas todos os poderes. É um trabalho importante pois é o que garante condições de crescimento", declarou Joaquim Levy.

**Tesouro Nacional?**

O ministro indicado da Fazenda, Joaquim Levy, ao ser interpelado por jornalistas sobre quem será o novo secretário do Tesouro Nacional, não disse que não falaria sobre isso neste momento. "Vamos manter os ritos. A gente tem desafios, coisas importantes a fazer. A gente não está em nenhuma agonia. Vamos ficar tranquilos. Essa é a maneira boa de lidar com os desafios de um novo governo que começa em primeiro de janeiro", afirmou. Rumores dão conta de que o próximo secretário do Tesouro Nacional pode ser Carlos Hamilton Araújo, atualmente na diretoria de Política Econômica do Banco Central. (ALEXANDRO MARTELLO DO G1, EM BRASÍLIA)

## **Joaquim Levy era chamado de 'mãos de tesoura' no 1º mandato de Lula**

Quando esteve no governo, entre 2003 e 2006, executou o ajuste fiscal. Ele estava no Bradesco, mas já foi secretário do Tesouro Nacional.



Joaquim Levy dá entrevista no ministério da Fazenda em 2004, quando era secretário do Tesouro. (Foto: Wilson Dias/Agência Brasil)

A presidente Dilma Rousseff escolheu o nome de Joaquim Levy, que estava na diretoria da administradora de investimentos [Bradesco](#) Asset Management, para comandar o Ministério da Fazenda em um momento de fragilidade das contas públicas – o que vem afetando o nível de confiança do empresariado e dos investidores.

Considerado ortodoxo, com uma atuação mais tradicional na economia, Levy, de 53 anos, é uma indicação de maior rigor fiscal e do abandono de manobras contábeis realizadas no passado recente para inflar o chamado "superávit primário" – a economia para pagar juros da dívida pública – capitaneadas pelo atual secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. No primeiro mandato de Lula, quando chefiou o Tesouro, Levy ganhou o apelido de "mãos de tesoura" por conter gastos públicos.



### [Repercussão](#)

Mesmo com as chamadas "manobras contábeis" e com recursos de parcelamentos, as contas do governo registraram forte deterioração nos últimos anos – com a erosão do chamado superávit primário. A expectativa do mercado é que o resultado das contas públicas de 2014, após o pagamento de juros, seja o pior em 11 anos. Para ajustar contas, governo pode cortar benefícios e aumentar impostos, dizem economistas.

A expectativa dos economistas é que, com a recomposição do superávit primário, fruto de um ajuste a ser implementado nas contas públicas, a nova equipe econômica consiga um controle maior da inflação e, conseqüentemente, a redução da taxa básica de juros da economia brasileira – atualmente em 11,25% ao ano, o maior patamar em três anos. O juro real (após o abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses) no Brasil é o maior do mundo. Com juros menores no futuro, haveria melhores condições para os investimentos e para um crescimento maior do Produto Interno Bruto (PIB).

Economista de bem avaliado pelo mercado financeiro e dentro do governo, Levy costuma ser bem humorado, gentil no trato, mas pode ser irônico quando deseja. Casado com uma advogada, é pai de duas filhas. Quando estava na equipe econômica no primeiro mandato de Lula, costumava conduzir longas jornadas de trabalho no comando do [Tesouro Nacional](#).

A indicação de Levy para o Ministério da Fazenda foi elogiada por Aécio Neves, que concorreu com Dilma Rousseff nas eleições deste ano para Presidência. Segundo ele, Levy é um "grande amigo pessoal". Ao blog do Camarotti, Aécio citou ainda uma frase de Armínio Fraga, que seria ministro da Fazenda caso ele ganhasse as eleições, sobre Levy: ["É como se um quadro da CIA fosse indicado para comandar a KGB"](#).

Currículo

Doutor

em Economia pela Universidade de Chicago, identificada com o neoliberalismo, Levy chefiou o Tesouro Nacional entre o início de 2003, quando [Luiz Inácio Lula da Silva](#) assumiu o poder, e março de 2006. Ele é considerado menos sujeito a pressões da presidente [Dilma Rousseff](#) que economistas que estão no governo

ou que já participaram dele. Espera-se do novo ministro da Fazenda uma atuação mais previsível, com regras mais claras.

Nascido no Rio de Janeiro e formado em Engenharia Naval, Levy obteve o doutorado em [Economia](#) pela Universidade de Chicago em 1992 e o mestrado em economia pela FGV em 1987. Iniciou sua carreira em 1984, no Departamento de Engenharia e na Diretoria de Operações da Flumar S/A Navegação.

Também foi professor do curso de mestrado da Fundação Getúlio Vargas em 1990, antes de integrar os quadros do Fundo Monetário Internacional, onde, de 1992 a 1999, ocupou cargos nos Departamentos do Hemisfério Ocidental, Europeu I e de Pesquisa, em particular nas Divisões de Mercado de Capitais e da [União Européia](#).

No período de 1999 a 2000 exerceu, como economista visitante no Banco Central Europeu, atividades nas Divisões de Mercado de Capitais e de Estratégia Monetária. No ano de 2000 foi nomeado Secretário-Adjunto de Política Econômica do [Ministério da Fazenda](#), e, em 2001, Economista-Chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assumindo o Tesouro Nacional em 2003.

Após deixar o governo federal, em 2006, Levy foi vice-presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, cargo que ocupou por oito meses. Depois, assumiu a secretaria de Fazenda do estado do Rio de Janeiro no governo Sérgio Cabral, onde permaneceu por mais de três anos, indo em seguida para o comando do Bradesco Asset Management.

Ajuste nas contas públicas

Quando Levy assumiu o Tesouro Nacional há 11 anos, assim como acontece no fim deste ano, havia forte desconfiança do mercado e dos empresários com os rumos da economia brasileira. No início da era Lula, Levy, sob o comando do ex-ministro [Antonio Palocci](#), executou um ajuste fiscal que aumentou fortemente o esforço fiscal (a economia de gastos do governo).

Entre 2003 e 2006, ele realizou superávits historicamente elevados. Quando chefiou o Tesouro Nacional, o esforço fiscal médio médio (em 12 meses) do setor público consolidado (governo, estados e municípios) somou 3,5% do Produto Interno Bruto (série histórica revisada, sem as empresas estatais), o que contribuiu para afastar os temores sobre a condução da economia no início do governo Lula e a acalmar os investidores.

Na gestão de Arno Augustin, que teve início em junho de 2007, o superávit primário do setor público médio ficou um ponto percentual menor: 2,55% do PIB. Se forem levados em consideração apenas os últimos 12 meses (entre outubro de 2013 e setembro deste ano), o valor recuou mais ainda, para 1,55% do PIB. [No acumulado de 2014, até outubro, houve déficit primário pela primeira vez na história.](#)

Além disso, na proporção com o PIB, as [despesas totais do governo cresceram e atingiram o recorde de 19% no ano passado](#). Até o momento, o maior percentual registrado era o de 2010 (18,6% do PIB). A série histórica do Tesouro para este indicador tem início em 1997.

Em 2014, o aumento de despesas teve continuidade. Além disso, em ano eleitoral, as receitas desaceleraram, por conta do fraco ritmo de crescimento da economia e das desonerações – o que levou o [governo a enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional abandonando completamente a meta fiscal fixada anteriormente](#). (ALEXANDRO MARTELLO DO G1, EM BRASÍLIA)

## **Em família - Dilma sugere Henrique Alves para o Ministério da Previdência**

Presidente da Câmara ficará sem mandato pela primeira vez em 44 anos após perder a disputa para governador do Rio Grande do Norte. Convite é uma forma de desfazer a crise com o PMDB da Câmara, insatisfeito com Kátia Abreu na Agricultura.

Com o PMDB da Câmara insatisfeito com a possibilidade da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) assumir o Ministério da Agricultura, a presidenta Dilma Rousseff sinalizou que pode indicar o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para o Ministério da Previdência. Candidato derrotado nas eleições de outubro, quando disputou o governo potiguar, ele ficará sem mandato pela primeira vez em 44 anos. A informação está em [reportagem](#) do jornal O Globo.



Antônio Augusto/Câmara dos Deputados - Henrique Alves perdeu a eleição para governador do Rio Grande do Norte

Dilma teria sugerido a troca após ouvir dos peemedebistas da Câmara reclamações sobre a indicação de Kátia Abreu para a Agricultura. Integrantes do partido afirmaram que a pasta era comandada por deputados: o ministro atual, Neri Geller, quanto os anteriores – Antonio Andrade e Mendes Ribeiro – fazem parte da bancada do PMDB. Por isso, a presidenta fez a sugestão. O ministro da Previdência atual é Garibaldi Alves, primeiro de Henrique, que pretende voltar ao mandato de senador no próximo ano. De acordo com a reportagem, Dilma fechou com o vice-presidente Michel Temer, que também preside o PMDB, que o partido ficará com seis pastas na Esplanada dos Ministérios. Três ministros serão indicados pelos deputados e os outros três pelos senadores. Neste acordo entra Kátia Abreu. A peemedebista inicialmente entraria na cota presidencial, mas a presidenta conseguiu convencer Temer e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a incluir a senadora na cota. (CONGRESSO EM FOCO)

## **Procuradoria denuncia irmão de Dias Toffoli por desvio de R\$ 57 mi**

**Segundo a Procuradoria, os ex-secretários da Fazenda fizeram as transferências por determinação dos ex-prefeitos**

São Paulo. O Ministério Público Federal denunciou Mário Bulgareli (PDT) e José Ticiano Dias Toffoli (PT), irmão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, por desvio de R\$ 57 milhões do Fundo Municipal de Saúde e de atividades escolares para custear a folha de pagamento e outros gastos da Prefeitura de Marília, interior de São Paulo, entre 2009 e 2012. As verbas eram repassadas pela União para saúde e educação.

Três ex-secretários da Fazenda do município também foram denunciados por participação no desvio do dinheiro. Mário Bulgareli administrou a cidade de janeiro de 2005 a março de 2012, quando renunciou após denúncias de irregularidades em sua gestão. Durante o segundo mandato, o então prefeito foi responsável pelo desvio de R\$ 28,2 milhões destinados à saúde e à educação. O vice José Ticiano Dias Toffoli, que assumiu o governo após a renúncia de Bulgareli, teria movimentado irregularmente outros R\$ 28,8 milhões nos dez meses que ficou à frente da prefeitura.

Segundo a Procuradoria, os ex-secretários da Fazenda fizeram as transferências por determinação dos ex-prefeitos. Em depoimento, Dias Toffoli admitiu o uso irregular do dinheiro. Ele teria afirmado que, quando tomou posse do cargo, havia um déficit de aproximadamente R\$ 8 milhões no caixa da prefeitura, o que o teria obrigado a dar sequência aos delitos já praticados pelo antecessor.

O Ministério Público quer a condenação dos denunciados por crime de responsabilidade. A pena é de três meses a três anos para gestores que aplicarem indevidamente verbas públicas. (IG MINAS GERAIS)

## **Audidores Fiscais de todo país fazem passeata em Curitiba e pedem a cabeça de Neivo Beraldim**

Audidores que participam de 32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Enafit) realizado de 23 a 28 de novembro em Curitiba, realizam na manhã desta quinta-feira, às 11h30, uma passeata em protesto às interferências políticas do Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego, Neivo Beraldin, na fiscalização, além de perseguição a servidores na Superintendência.

O problema acontece há cerca de três anos e vêm se agravando. O superintendente está impedindo Auditores-Fiscais do Trabalho de realizar embargos de obras e interdições de máquinas e equipamentos, colocando em risco a vida dos trabalhadores.



Os Auditores-Fiscais contam que o terror está instalado na Superintendência. Servidores estão sendo afastados de suas funções, transferidos e perseguidos. Na área da Auditoria-Fiscal do Trabalho todo o apoio técnico tem sido retirado, dificultando o trabalho de fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista.

Pesam contra Beraldin vários processos judiciais por crimes administrativos. O caso mais emblemático foi no ano passado, quando ainda estava em construção a Arena da Baixada. Um grupo de fiscais foi impedido de embargar as obras por ordem de Neivo, que foi negociar com os empresários. O caso ganhou repercussão nacional e acabou na Justiça, que determinou o embargo judicial.

A passeata desse dia 27 de novembro sairá do Hotel Pestana, na Rua Comendador Araújo, 499, às 11h30min e seguirá até a sede da Superintendência do Trabalho, na Rua José Loureiro, nº 574 (esquina com Travessa da Lapa).

Os Auditores-Fiscais levarão faixas, cartazes e um caixão simbolizando o enterro do superintendente, que é nomeado pelo ministro do Trabalho, e ocupa um cargo político.

### **32º ENCONTRO NACIONAL DO(A) AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO – ENAFIT**

Trabalho escravo, trabalho infantil, informalidade, fiscalização e prevenção de acidentes de trabalho são alguns dos assuntos que tomarão conta da capital paranaense na semana de 23 a 28 de novembro. O 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, propõe uma extensa programação com discussões sobre os desafios da carreira de auditor, e do mundo do trabalho.

O tema geral do Encontro deste ano será “A Auditoria-Fiscal do Trabalho luta pelo cumprimento dos fundamentos da Constituição: cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho”, levando adiante a avaliação do papel da Inspeção do Trabalho na sociedade, como instrumento de proteção aos trabalhadores.

Na manhã do dia 24 haverá o “Encontro com Universitários”, um evento importante que vem sendo realizado rotineiramente com o objetivo de aproximar a Auditoria-Fiscal do Trabalho da comunidade acadêmica. Universitários das áreas de Direito, Economia e Engenharia Socioambiental, entre outros cursos, trabalharão a temática: “O Combate ao Trabalho Escravo, ao Trabalho Infantil, e a Prevenção de Acidentes de Trabalho”. Participarão como palestrantes os Auditores-Fiscais Gustavo Franco Simon, Luize Surkamp e Sérgio Rech. No mesmo dia, o assunto “A farsa da Terceirização” será tratado pela professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Maria da Graça Duck de Faria; pelo Auditor-Fiscal Jair Teixeira dos Reis e pelo desembargador do TRT/PR, Ricardo Tadeu Marques Fonseca.

No dia 25 de novembro acontecerá a VI Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho, que tratará sobre “A precarização do trabalho: tráfico de pessoas para exploração no trabalho/informalidade/trabalho escravo”. Inspectores do Trabalho do Uruguai e da Espanha, além de representante da Organização Internacional do Trabalho, confirmaram participação.

Um painel instigante na tarde do dia 26 tratará do “Combate à informalidade nas relações de trabalho e seus reflexos na fiscalização do FGTS”. O debate terá a contribuição do professor da Unicamp Márcio Pochmann e dos Auditores-Fiscais José Alberto Maia e Lilian Carlota Rezende, diretora do Sinait.

Na quinta-feira, 27, terá lugar o painel “Causas e consequências dos acidentes de trabalho no Brasil”, mediado pelas Auditoras-Fiscais June Maria Passos Rezende, Aida Cristina Becker e Vitória Márcia Araújo Amâncio. Uma das missões da Auditoria-Fiscal do Trabalho é agir preventivamente para evitar que acidentes aconteçam, exigindo que as medidas de proteção nos ambientes de trabalho sejam adotadas.

A programação completa pode ser conferida no site <http://www.enafit.com.br/>.

#### **Serviço**

32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit

23 a 28 de novembro de 2014

Pestana Curitiba Hotel – Rua R. Comendador Araújo, 499 – Centro, Curitiba

Informações e contato – Tatiane Ayres: (41) 9646-7374; [contato@tatianeyres.com.br](mailto:contato@tatianeyres.com.br) (PAÇOCA COM CEBOLA - ZEBETO.COM.BR)

## **Petistas abandonam André Vargas e alimentam expectativa por renúncia**

Ex-petista disparou mensagens para ex-correligionários pedindo ajuda para impedir que pedido de cassação fosse votado no Plenário, mas partido votará pela perda do mandato

Dia 10 de dezembro é a data marcada para que o relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que pede a cassação de André Vargas (ex-PT-PR), seja votado no Plenário a Câmara dos Deputados. A data foi estabelecida pelo presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que resolveu adiar a apreciação do parecer atendendo a um pedido de Vargas, que alegou a necessidade de realizar um procedimento cirúrgico na boca que o impediria de comparecer a sessão para fazer sua defesa verbal perante os colegas. Em tese, o relatório de Delgado já poderia ser votado. Porém, petistas acreditam que Vargas poderá surpreender a todos com uma renúncia de última hora que possa evitar constrangimentos para seus ex-correligionários. Antes que o parecer que definirá o futuro do mandato de Vargas, que está a dois meses de deixar o cargo de deputado federal, possa ser votado, seu ex-partido já avisa que não irá protegê-lo. “A posição no partido e o sentimento na bancada, sobretudo em sua grande maioria, é a votação pela cassação”, resumiu o líder da bancada do PT na Câmara, Vicentinho (SP). O petista acredita que Vargas ainda deverá ponderar a possibilidade de renúncia. Vargas não disputou a reeleição.

“É claro que pode haver um ou outro deputado que manifeste posição contrária, mas acredito que o próprio André Vargas vai refletir sobre isso e talvez não tenha que constranger os companheiros mais próximos dele. Acho que é o momento difícil, a discussão foi feita, fiz essa sensibilização na bancada, procurei me informar, portanto, essa é a nossa posição”, afirmou Vicentinho. “Claro que a renúncia não é uma renúncia para ter efeitos jurídicos ou efeitos processuais, mas pelo menos para não constranger companheiros que possam votar a favor ou contra. Mas isso cabe a ele única e exclusivamente”, acrescentou o líder petista.



Alan Sampaio / iG Brasília

A desconfiança sobre uma eventual renúncia de Vargas não é apenas do líder da bancada. Outros petistas ouvidos pelo iG também manifestaram opinião semelhante. Falam em caráter reservado, mas não confirmam nenhuma conversa recente com Vargas que possa corroborar o palpite. De qualquer forma, como destacou Vicentinho, mesmo que renuncie, Vargas não evitaria a votação do relatório e não deixaria de ter seus direitos políticos cassados. Esse subterfúgio amplamente usado no passado deixou de ter efeito a partir da aprovação da Lei da Ficha Limpa. Sancionada em 2010, a lei altera a Lei Complementar no 64, que estabelece, de acordo com o parágrafo 9º do artigo 14º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade.

Com a Lei da Ficha Limpa, foi inserido o item K do primeiro artigo dessa lei, que determina que são inelegíveis para qualquer cargo “o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura”.

Vargas chegou a flertar com a possibilidade de renúncia pouco antes da instalação do processo no Conselho de Ética. Nessa época, o ato da renúncia poderia não apenas livrá-lo do processo no conselho como também impediria a perda dos direitos políticos. Mas Vargas, na ocasião, resolveu apostar na sua defesa do mandato e decidiu permanecer na Câmara, mesmo depois de ter se desfilado do PT. No dia 20 de agosto, o Conselho de Ética aprovou, por unanimidade, o relatório em que Delgado pede a cassação do mandato de Vargas.

O ex-petista foi alvo de representação no Conselho de Ética por manter relações com o doleiro Alberto Youssef, preso no dia 17 de março durante a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Youssef é suspeito de operar um suposto esquema que teria desviado R\$ 10 bilhões da Petrobras. Vargas chegou a admitir ter usado um jatinho fornecido por Youssef para viajar para João Pessoa, na Paraíba. Na ocasião, Vargas classificou sua decisão de usar a aeronave como um “equivoco” e um ato “imprudente” ao fazê-lo. O ex-

petista também é suspeito de intermediar, com o Ministério da Saúde, contratos em favor do laboratório Labogen, que pertence a Youssef.

O deputado paranaense tentou ainda evitar que o relatório de Delgado fosse votado no Plenário por meio de um recurso na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O relator do recurso, Sérgio Zveiter (PSD-RJ), entretanto, indeferiu o pedido de Vargas. No dia 11 de novembro, a CCJ, seguindo parecer de Zveiter, negou o recurso de Vargas e abriu caminho para votação no Plenário.

Na ocasião, Vargas procurou diversos petistas pedindo apoio. Também disparou diversas mensagens de texto via celular para colegas da Câmara em busca de ajuda. Os poucos votos que recebeu contra o parecer de Zveiter vieram de petistas, mas não o suficiente para brechar o processo. O ex-petista tentará uma última cartada com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. O recurso, entretanto, recebeu parecer contrário do procurador-geral da República Rodrigo Janot.

### **Outros partidos**

Dois importantes aliados do PT na Câmara dos Deputados têm visões deferentes sobre o caso Vargas. A líder do PCdoB na Câmara, Jandira Feghali (RJ), afirmou que a bancada ainda não fez essa discussão, mas que existe uma tendência entre os comunistas de votar pela cassação de Vargas, respeitando o parecer do relator Delgado. “A tendência hoje é de seguirmos o relator”, resumiu ela.

Já o PMDB não fechará questão. O líder da bancada, deputado Eduardo Cunha (RJ) disse não haver sentido num fechamento de questão para esse tipo de votação. Segundo ele, cada parlamentar ficará livre para votar conforme sua avaliação do caso. Pergunta se já tem voto definido, Cunha se esquivou dizendo que fará essa ponderação no dia da votação do relatório de Delgado. (MARCEL FROTA - IG BRASÍLIA)

## **Haja Lexotan**

A operação Lava-Jato vem movimentando o mercado de Lexotan. Agora é a vez de Pedro Paulo Leone Ramos, apontado na investigação como operador nos fundos de investimento, fato deixado pelo juiz Sergio Moro como um capítulo a parte para o início do próximo ano. PP já está sofrendo por antecedência, pois conhece o mercado e sabe que os bilhões reservados nos fundos têm todo um comando político nos investimentos e o assunto é devastador. Vale a pena lembrar que Pedro Paulo e Fernando Collor de Melo podem ser confundidos como a mesma pessoa.

### **Pele de cordeiro**

O líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (foto), anda acenando com lenço branco pedindo paz ao Palácio do Planalto. Mas um grupo de petistas não acredita na boa vontade de Cunha, mesmo após determinar ao partido que votassem a favor do projeto do governo que flexibiliza a meta fiscal. A ala radical do Partido dos Trabalhadores trabalha para emplacar Arlindo Chinaglia ou o gaúcho Marco Maia. Eduardo Cunha no momento está vestido com pele de cordeiro, mas no momento da disputa estará de lobo, defendendo a matilha peemedebista.

### **No rastro do Baiano**

O lobista Fernando Baiano, acusado de ser operador do PMDB no escândalo da Petrobras na operação Lava Jato da Polícia Federal, parece que deixa rastro por onde passa. Baiano, frequentador assíduo de Brasília, parece que também operava em outros órgãos do governo. Denúncias dão conta da presença de Fernando Baiano também no DNIT e já tem deputado federal piauiense à base de tranquilizante com medo de ser apontado como padrinho de Baiano em sua passagem na caixa preta do DNIT. Vale lembrar que o DNIT era o quintal preferido da empreiteira Delta, de Fernando Cavendish, irmão siamês do ex-governador carioca Sérgio Cabral.

### **Missão cumprida**

A conta do Palácio do Planalto com o presidente do Congresso, Renan Calheiros, cada dia fica maior. Mesmo enfrentando todo o desgaste e até mesmo impropérios, o presidente do Congresso assumiu a missão e limpou a pauta, abrindo caminho para a votação na semana que vem do projeto que altera o superávit. Com isso, restou à oposição a judicialização da questão. E ontem líderes da oposição foram ao Supremo Tribunal Federal pedindo o cancelamento da sessão do Congresso.

### **Repatriando o dinheiro**

Com a maior repatriação de recursos públicos desviado em corrupção, milhões de dólares desviados pelo ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, vão voltar ao Brasil e abrir-se-á a porteira para que parte do dinheiro desviado da maior estatal brasileira possa voltar para os cofres públicos. Resta saber se toda essa dinheirama vai ajudar a Petrobras sair da situação delicada em que se encontra, já que a companhia vem se desvalorizando a cada dia.

## Conta assustadora

Falando em repatriação de recursos que foram desviados pela corrupção no Brasil, uma conta feita por alto deixa claro o tamanho do rombo causado pelo assalto aos cofres públicos. Juntando os escândalos do Mensalão, Delta com o Banestado e Petrolão chega-se à espantosa cifra de mais de R\$ 100 bilhões. Pelo visto, o caminho ainda é longo para o Ministério Público conseguir lavar a alma do lesado povo brasileiro. Mas há quem acredite que já é um começo.

## Juízo final

Vai começar na semana que vem o real desespero da classe política e empresarial envolvida na operação Lava Jato da Polícia Federal. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vai pedir ao Supremo Tribunal Federal a abertura dos primeiros inquéritos de políticos envolvidos com Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa. Com isso, os mais de 200 políticos citados nas delações serão tragados para o olho do furacão. Agora, quem vai ficar à base de tranquilizantes vão ser os parlamentares que não conseguiram se reeleger, ficarão sem o foro privilegiado e terão as ações julgadas pelo temido juiz Sergio Moro. (ISSO É MINO PEDROSA – JORNAL DE BRASÍLIA)

## Mapa reúne coletivos femininos que usam a arte para defender causas sociais

Os dados ficam no site do Mapa de coletivos de mulheres (MAMU), um portal colaborativo



Ensaio Parangoluvem, com performance das ativistas Nadja Dulci e Mari Brites - uma das ações do Coletivo Universidade Livre Feminista

Espalhadas pelo país de dimensão continental, as brasileiras se diferem em muitos aspectos. No entanto, uma luta atinge e aflige todas — viver em uma sociedade com resquícios de educação patriarcal e onde, na prática, os direitos não são iguais, como supõe a teoria. Ex-dançarina, professora infantil e atriz na companhia brasileira Teatro de Concreto, Maria Carolina Machado indigna-se ao encarar notícias como a de que os salários de mulheres ainda são menores que os dos homens para a mesma função. Estarrecida com este e outros dados alarmantes, a mineira de Belo Horizonte, que viveu em Brasília até o ano passado, encontrou a sua verdadeira vocação: dar visibilidade a espaços de protagonismo feminino.

Em São Paulo, conheceu mulheres que compartilhavam o mesmo desejo que ela. Lá, fundou a Casa de Lua Organização Feminista, que sedia eventos, palestras e shows onde a temática feminista está sempre em pauta. Este ano, ela foi além: em outubro, criou o Mapa de coletivos de mulheres (MAMU), um site que funciona de forma colaborativa e utiliza recursos de geolocalização para direcionar os internautas a grupos e espaços físicos de todo o país onde a mulher é protagonista.

Esses coletivos se utilizam de manifestações artísticas e culturais, como intervenções urbanas, performances teatrais, música e apresentações com foco na expressão corporal, para defender e ressaltar suas causas.

## Grupos temáticos

“Em todas as nossas discussões, atividades e ações sobre a representatividade, o protagonismo e a valorização das mulheres, eu me questionava quem seriam essas mulheres e onde elas estariam. Queria saber como se articulavam, quais eram suas demandas e bandeiras. Fiz várias pesquisas na internet, li reportagens, e percebi que somos muitas. Grupos e iniciativas surgem constantemente”, pondera. “É um mapa dinâmico, aberto e vivo, pronto para incluir cada projeto formado e encontrado por todo o Brasil”, completa Carolina.

Os coletivos podem ser encontrados por temas — como parto humanizado e discussão da violência contra a mulher — ou por regiões e estados. No Distrito Federal, o MAMU aponta onde estão e como se filiar tanto a instituições ligadas ao governo, como a ONU Mulheres e a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, quanto a espaços independentes, como o Pretas Candangas e o Coletivo Universidade Livre Feminista, que têm atuação no DF e em todo o país. Ambas têm objetivos em comum: lutar contra o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, e outros tipos de discriminação. (REBECA OLIVEIRA – CORREIO WEB)

## **SERVIDOR ADMINISTRATIVO INFARTA NA APS BROTAS EM SALVADOR**

**PERITOS ESTÃO TENTANDO ACHAR VAGA PARA O SERVIDOR NO CAÓTICO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. GEAP NÃO TERIA VAGAS NO MOMENTO.**

Nesse momento um servidor administrativo que trabalhava na reabilitação profissional da APS Brotas, em Salvador-BA, luta pela vida entubado em uma ambulância UTI do SAMU que está tentando, com a ajuda dos peritos médicos locais, achar um leito de internação apropriado para o caso.

O referido servidor, já idoso, infartou hoje enquanto trabalhava na APS. Agenda cheia, cobrança excessiva, metas impossíveis para manter as 6h e eterno adiamento da aposentadoria por conta da não-regulamentação da GDASS podem ter contribuído com o evento de hoje, já que estresse é comprovadamente uma causa de precipitação de infarto em pacientes com fatores de risco.

Apesar de contar com o plano GEAP e o apoio local do SAMU, o mesmo estaria sem ter destinação por falta de vagas disponíveis neste momento em UTI em ambos (SUS e GEAP) segundo informe local passado a este blog. Será que morrer entubado na porta da APS por falta de vaga em UTI é o destino de nós, servidores insanos?

Lembrando que todos os gestores insanos de alto calibre foram os mesmos que comandaram a GEAP na era petista, e comandam até o presente.

Recentemente servidora administrativa teve AVC hemorrágico e morreu na mesma hora em uma APS de São Paulo.

O INSS, que deveria ser um meio de vida, está virando um meio de morte. O que a gestão propõe fazer para tirar o estresse excessivo do cotidiano dos servidores autárquicos?

Em tempo (18:00) - Graças a contatos individuais feitos pelos peritos médicos, servidor nesse momento encaminhado para vaga de UTI em hospital de grande porte. Sistemas de regulação do SUS e GEAP foram incapazes de funcionar a contento. (BLOG DOS PERITOS DO INSS)

## **Branco têm mais acesso a penas alternativas; negros vão mais para prisão**

Pesquisa "A aplicação de penas e medidas alternativas no Brasil", divulgada nesta quinta-feira (27) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), aponta que o rigor da Justiça Criminal com os negros é maior que com os brancos, que têm mais direito a penas alternativas.

Segundo o levantamento, a diferença pode ser vista na definição do trâmite dos processos. Enquanto 41,9% dos acusados em varas criminais eram brancos, 57,6% eram negros. Já nos juizados especiais --que analisam casos de menor potencial ofensivo--, a ordem é inversa, com 52,6% dos réus eram brancos e 46,2%, negros.

A escolha da vara onde o processo irá tramitar depende da pena pedida e é uma decisão do promotor de Justiça, acolhida ou não pelo juiz responsável.

Para os pesquisadores, isso quer dizer que os negros podem ser condenados com mais frequência a penas de restrição de liberdade. "Existe um maior número de réus negros nas varas criminais, onde a prisão é a regra, e maior quantidade de acusados brancos nos juizados, nos quais prevalece a aplicação de alternativas penais", informou o estudo.

Para o Ipea, os dados chamam a atenção para "os processos de construção de desigualdades e de reprodução de opressões nas instituições brasileiras, que conferem a cor negra aos nossos cárceres".

Outro ponto citado também mostra que as pessoas pobres acabam sendo, também, mais vítimas das prisões provisórias.

O estudo apontou que, em alguns casos, as prisões cautelares são "terapêuticas", ou seja, "uma oportunidade de desintoxicação do réu, caso se perceba seu envolvimento com drogas".

"Manter a prisão também é uma 'estratégia' adotada quando se trata de pessoas em situação de rua, sem endereço fixo", informou.

### **Cultura**

Segundo o pós-doutor em Justiça Penal Internacional da Universidade de Pavia, na Itália, e professor de direito processual penal da Universidade Federal de Alagoas, Welton Roberto, a pesquisa apenas ratifica um pensamento quase unânime no meio jurídico.

"Isso demonstra um claro rigor maior com os negros no direito penal. É como se fosse estereotipado: o réu pobre é preso. Você vai em presídios brasileiros e vê isso. Essas pessoas não tem cidadania plena, não tem bons advogados. Defendo as cotas, porque não adianta ficar com discurso que todos iguais. Nós, da raça branca, não ficamos vivendo décadas de humilhação, como os negros."

Para o jurista, parte do problema está na formação dos profissionais do Direito.

"Existe ainda na formação do magistrado, do defensor, do promotor brasileiro agregado a um elitismo muito forte. Muitos deles não têm a mínima noção de como funciona a realidade das ruas. Eles passam por uma faculdade boa, o pai banca ele estudar num cursinho para ser juiz e ali é o primeiro emprego dele", disse. (CARLOS MADEIRO – UOL)

## **Poder igualitário a pai e mãe na criação dos filhos vira regra**

Mais do que divisão do tempo entre os pais, a modalidade pressupõe que eles conversem e decidam juntos os detalhes da criação da prole

A mudança na legislação sobre guarda de filhos aprovada pelo Senado, que agora depende de sanção presidencial, oficializa um entendimento que tem ganhado força nos tribunais do país. Mais do que divisão do tempo entre os pais, a modalidade pressupõe que eles conversem e decidam juntos os detalhes da criação da prole. A ideia básica é de que as responsabilidades sejam compartilhadas, bem como as contas relacionadas às crianças. Os horários de convivência com cada um passam a ser mais flexíveis e podem ser combinados informalmente. Tudo em benefício dos filhos, evitando que eles sejam prejudicados em uma eventual separação conflituosa. A legislação atual já prevê o modelo, mas não como prioridade. O texto do projeto o transforma em regra.



Simone Ferreira, 35 anos, optou pela cuidado compartilhado de Lívia, 9: ela passa uma semana em cada casa

Um dos primeiros efeitos práticos se refere à pensão alimentícia. Em juízo, ficam estabelecidos os valores com que cada um deve colaborar, com base em uma planilha de gastos das necessidades da criança e nos rendimentos dos pais. No caso da guarda unilateral, só quem não a detém declara a porcentagem do salário destinada à criação do filho. Votado na última quinta-feira, o texto deve ser enviado ao Planalto no início da próxima semana. A partir do momento em que chegar ao gabinete, a presidente Dilma Rousseff tem 15 dias para se manifestar, sancionando-o ou vetando-o, integralmente ou em partes.

"Na prática, a gente vinha tentando aplicar essa modalidade. Quando há alienação parental (um genitor coloca o filho contra o outro), a própria lei traz a guarda compartilhada como sanção aos pais. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) também tem usado a opção mesmo na ausência de consenso", conta Roberta Melo, defensora pública há 12 anos que atua na Vara de Família. Ela defende os benefícios da decisão do Congresso. "Filhos de pais em guarda compartilhada são mais seguros. Eles têm o acompanhamento e a presença das figuras do pai e da mãe. A beligerância é bem menor. São crianças com desenvolvimento mais saudável, mesmo na situação de ruptura familiar", afirma.

Mesmo em casos de relações difíceis, Roberta entende que a divisão das responsabilidades é o melhor caminho. “O filho é usado como moeda de troca em um divórcio. E esse processo em si já provoca um desconforto grande para a criança. No caso da guarda unilateral, quem tem a custódia fica quase como um ditador. Só ele toma as decisões. No outro modelo, é preciso chegar a um acordo. Os dois têm direito e obrigação de participação”, explica. Ela esclarece que a exceção é quando um dos dois não tem condições de participar da criação do filho. (ANA POMPEU, JULIA CHAIB – CORREIO WEB)

